

RECURSO ESPECIAL Nº 1.591.504 - MG (2016/0080606-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **FAZENDA NACIONAL**
RECORRIDO : **SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS SINDIELETRO MG**
ADVOGADOS : **ROSÂNGELA CARVALHO RODRIGUES - MG054241**
FLÁVIO CARDOSO ROESBERG MENDES - MG090704
HENRIQUE TANURE MOREIRA - MG109695
VÂNIO APARECIDO CORREA - MG105172
PAULO AFONSO DA SILVA - MG098603

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, mediante o qual se impugna acórdão (fls. 1.952/1.977e), proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que entendeu possível a utilização de ação civil pública, por sindicato, para a discussão de matéria tributária.

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 2.000/2.005e).

No Recurso Especial, aviado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 1º, parágrafo único, da Lei 7.347/85 (com redação dada pela Medida Provisória 2.180-35/2001), 333, I e II, 334, IV, do CPC/73 e 2º da Lei 9.784/99.

Sustenta-se, no que ora importa, o seguinte:

"É indiscutível que o legislador federal obstou essa possibilidade, ao vedar expressamente a Ação Civil Pública para veicular pretensão que envolva tributo (art. 1º, parágrafo único, da Lei 7.347/1985):

(...)

Nesse contexto, é impossível afastar a aplicação da norma, sem declará-la inconstitucional, nos termos da Súmula Vinculante 10/STF.

A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido da inviabilidade da Ação Civil Pública em matéria tributária, mesmo nas demandas anteriores à MP 2.180-35/2001, que incluiu o parágrafo único ao art. 1º da Lei 7.347/1985: (...)" (fls. 2.014/2.015e).

Requer-se, por fim, "que o recurso especial seja admitido e provido para que esse eg. Tribunal Superior reforme o acórdão recorrido, com a condenação dos autores nos ônus da sucumbência, a fim de considerar que as planilhas elaboradas pela Secretaria da Receita Federal têm presunção juris tantum de veracidade, cabendo aos recorrentes o ônus

de desconstituir tal presunção, conforme interpretação sistemática dos artigos 333, inciso I e II, 334, inciso IV, ambos do CPC, e artigo 2º da Lei nº 9.784/99" (fl. 2.031e).

Contrarrazões às fls. 2.036/2.040e.

Recurso Especial admitido (fls. 2.043/2.044e).

A irresignação merece prosperar.

Pacífica a jurisprudência deste STJ no sentido da impossibilidade da utilização da ação civil pública para a discussão de matéria tributária.

Senão, vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO COLETIVA. APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS DE ICMS DECORRENTES DE OPERAÇÕES REALIZADAS COM FORNECEDORES DE OUTROS ESTADOS BENEFICIADOS POR INCENTIVOS FISCAIS NÃO APROVADOS PELO CONFAZ. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC DO 1973. NÃO VERIFICADA. FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER A DECISÃO PROFERIDA NO TRIBUNAL A *QUO*, NÃO FOI REBATIDO NO APELO NOBRE. SÚMULA 283 E 284 DO STF. **DEMANDA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRECEDENTES DO STJ.**

I - Trata-se de ação coletiva ajuizada por associação civil, visando à declaração da legitimidade dos créditos de ICMS em operações interestaduais, para aproveitamento na forma da legislação tributária, em favor dos associados, mesmo quando o fornecedor no Estado de origem seja beneficiado por incentivo fiscal não aprovado no âmbito do Convênio do CONFAZ. O feito foi extinto por sentença, sem julgamento do mérito, o que foi confirmado pelo Tribunal de origem, que decidiu que a demanda veicula pretensão tributária em 'tutela coletiva de direitos individuais homogêneos mediante substituição processual, para assegurar às associadas, o aproveitamento de crédito de ICMS quando e se ocorrer operação com fornecedores de outros Estados beneficiados por incentivos fiscais não homologados pelo CONFAZ'.

II - Sobre a alegada violação do art. 535 do CPC/1973 (art. 1.022 do CPC/2015), por suposta omissão pelo Tribunal de origem da análise da questão acerca de que a inconstitucionalidade do Comunicado CAT n. 36/2004 não constituiu pedido, mas causa de pedir da presente demanda, verifica-se não assistir razão à recorrente.

III - Com efeito, conforme ficou decidido pelo Tribunal de origem, a

questão da inconstitucionalidade do referido Comunicado não afasta a natureza do pedido da presente demanda, que é de natureza coletiva e essencialmente tributária, conforme se pode verificar do pedido deduzido na inicial (fl. 36).

IV - Na hipótese dos autos, da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado, não se cogita da ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou mesmo erro material, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pelo recorrente e devidamente afastado pelo julgador, que enfrentou todas as questões pertinentes sobre os pedidos formulados.

V - Nesse panorama, a oposição de embargos de declaração, com fundamento na omissão acima, demonstra, tão somente, o objetivo de rediscutir a matéria sob a ótica do recorrente, sem que tal desiderato objetive o suprimento de quaisquer das baldas descritas no dispositivo legal mencionado, mas sim, unicamente, a renovação da análise da controvérsia. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.323.892/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018 e AgInt no REsp 1.498.690/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, Julgado em 14/3/2017, DJe 20/3/2017.

VI - Sobre a alegada ofensa aos arts. 4º e 282, § 2º, ambos do CPC/2015, o recurso não comporta seguimento.

VII - Com efeito, o acórdão recorrido fundamentou-se no fato de que o pedido veiculado na inicial evidencia tratar-se de uma demanda coletiva, em que se pretende tutela de direito individual homogêneo relativa a matéria tributária, encontrando obstáculo no art. 1º, parágrafo único, da Lei n. 7.347/1985.

VIII - O reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, revela que o fundamento apresentado naquele julgado, acerca da natureza coletiva da demanda tributária, foi utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF.

IX - Ainda que superados esses óbices, *ad argumentandum tantum*, verifica-se que **o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que as questões de natureza tributária não podem ser analisadas em sede de ação coletiva, como a ação civil pública. Confirmam-se: AgRg no REsp 1.404.336/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 20/2/2014, DJe 28/2/2014 e AgRg no AREsp 413.797/MG, Rel.**

Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 26/11/2013, DJe 9/12/2013.

X - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.723.907/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/05/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ASSOCIAÇÃO DE CONSUMIDORES. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. VIA INADEQUADA. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ.

1. A jurisprudência do STJ e a do STF firmaram-se no sentido da inviabilidade da Ação Civil Pública em matéria tributária, mesmo nas demandas anteriores à MP n. 2.180-35/2001.

2. Precedentes desta Corte: REsp 840.752/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 28.9.2010, DJe 2.2.2011; EREsp 505.303/SC, Rel. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, julgado em 11.6.2008, DJe 18.8.2008; AgRg no REsp 969.087/ES, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 18.12.2008, DJe 9.2.2009; AgRg no REsp 757.608/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 6.8.2009, DJe 19.8.2009.

3. Precedente do STF: 'Da mesma forma, a associação de defesa do consumidor não tem legitimidade para propor ação civil pública na defesa de contribuintes' (AI-AgR 382298/RS, Relator p/ Acórdão Min. Gilmar Mendes, Julgado em 4.5.2004).

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 247.753/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/12/2012).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, de modo a extinguir a ação civil pública, sem apreciação meritória.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora